

CONTRATO Nº 661/2020

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSOS GRÁFICOS CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE SAÚDE DE CASTANHAL-PA E EMPRESA RONALDO CARDOSO PINHEIRO EIRELI-EPP.

Pelo presente instrumento, o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTANHAL, inscrita no CNPJ sob o nº 07.918.201/0001-11, com sede neste Município de Castanhal, Estado do Pará, localizada na Travessa Cônego Leitão, nº1943, Centro, CEP: 68.743-050, neste ato, representado pelo Secretária Municipal de Saúde de Castanhal, CCarla Moreira Pereira Lima, brasileira, divorciada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 2219838 SSP/PA, inscrita no cadastro de pessoas físicas - CPF sob o nº. 250.638.392-15, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio nº 2677, bairro Nova Olinda, nesta Cidade de Castanhal, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa RONALDO CARDOSO PINHEIRO EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 09.579.264/0001-16, Av. Duque de Caxias nº 632, Bairro: Saudade Ι. Castanhal/PA. telefone: 981369616. email: cardosoepinheiroltda@gmail.com, representada neste ato por meio de seu representante legal Sr. RONALDO CARDOSO PINHEIRO portadora da carteira de identidade nº 0643228, inscrito no cadastro de pessoas físicas - CPF sob o nº. 227.169.982/72, Av. Duque de Caxias nº 632, Bairro: Saudade I, Castanhal/PA, doravante denominada por CONTRATADA, têm ajustadas o presente Contrato, que se regerá pela legislação especifica aplicável, tudo em consonância ao PROCESSO Nº 2020/5/5083 vinculação ao edital de licitação 076/2020, regendo-se pelas disposições da Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:





CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 – O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei n° 8.666/93, Lei n° 10.520/02, Decretos Federais n° 10.24/19, 8.538/15 e n° 7.892/13, e demais legislações aplicáveis ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 – O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação n°
 076/2020 (Pregão Eletrônico) e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

3.1 – A minuta deste Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação – SUPRI, conforme Parecer n° 319/2020, nos termos do Parágrafo Único do art. 38, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO

4.1 – O presente contrato tem como objeto o futuro e eventual "Contratação de empresa para prestação de serviço de impressos gráficos, em atendimento a demanda da Coordenação de Apoio Administrativo vinculada à Secretaria de Saúde de Castanhal-PA, conforme descrição constante do Termo de Referência e seus anexos, consoante com o quadro que segue em anexo.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS LICITADOS

- 5.1.A empresa contratada deverá prestar o serviço observando o abaixo explicitado:
- **a)** O prazo de entrega dos serviços pela contratada será de até 15 (quinze) dias a contar da ordem de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, juntamente com a Nota de Empenho;





b) A entrega dos serviços deverá ser efetuada no endereço abaixo relacionado:

LOCAL DE ENTREGA: deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde localizado a Rua Maria Benedita nº 114, Bairro Nova Olinda, Castanhal/PA, no horário das 08:00 as 14:00h de segunda a sexta – feira;

CLÁUSULA SEXTA- DO VALOR DO CONTRATO

6.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 10.860,00 (dez mil oitocentos e

sessenta reais), conforme disposto na Proposta da Contratada, pela prestação do

(s) serviço (s), de acordo com o objeto.

Parágrafo Primeiro. A estimativa de preço ora mencionado no contrato não obriga a

Administração Pública a adquirir todos os serviços que foram cotados, visto que se

originou de Sistema de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subseguentes a prestação

do serviço, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada

e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e qualidades do

mesmo.

7.1.1 – A nota fiscal/fatura emitida pela empresa CONTRATADA e entregue ao

servidor da unidade destinatária, com discriminações do serviço prestado, com a

quantidade de quilos recolhidos naquele mês, a qual será atestada e encaminhada

para fins de pagamento;

7.1.2 - O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de

ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo

licitante, contados do recebimento definitivo dos objetos e mediante a

Permanente de Controllar de Co



apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente

atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

7.1.3 – Será procedida consulta "On-Line" junto ao SICAF e a Certidão Negativa

de Débitos Trabalhistas - CNDT antes de cada pagamento a ser efetuado a

CONTRATADA, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos

resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso figue

constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência

Social, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo constante da solicitação

feita pela Administração, a sua regularização.

7.2 - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha

concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE

encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano),

capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.3 – No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da

CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização

monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do

efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5%

(meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da

seguinte fórmula:

I = (TX / 100) / 365

 $EM = I \times N \times VP$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual – 6% / Ano

VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo

pagamento





- **7.4.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor do CONTRATADO. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- **7.5** Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE QUALIDADE

- **8.1** A CONTRATADA responderá pela qualidade dos serviços prestados, que deverá obedecer rigorosamente às regras contidas no Edital e anexos deste PREGÃO ELETRÔNICO:
- **8.2** Os serviços em desacordo com as disposições do presente contrato serão corrigidos pela CONTRATADA, cabendo a esta providenciar as substituições de acordo com as especificações contidas no **Pregão Eletrônico SRP Nº. 076/2020/FMS,** e seus anexos, sendo de sua inteira responsabilidade, todas as despesas de devolução e reposição, inclusive quanto ao novo prazo de entrega.
- **8.3** Os itens entregues deverão ter garantia mínima de **12 (doze)** meses, contados do recebimento definitivo, se outros não houver.

CLÁUSULA NONA- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- **9.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **9.1.1** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos





termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, salvo exceção prevista no § 2º do referido artigo.

- **9.2** A CONTRATANTE poderá solicitar modificações, acréscimos ou reduções na prestação do objeto deste contrato, desde que, após consulta à CONTRATADA, as mesmas sejam consideradas viáveis;
- **9.3** Se tais modificações ou alterações repercutirem no preço pactuado na Cláusula Sétima ou no prazo da execução do adimplemento contratual serão acordados ajustes apropriados, que deverão ser formalizados, através do Termo Aditivo, obedecendo ao prazo de convocação estipulado pela Administração, consoante o Art. 64, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO

10.1 – A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – A CONTRATADA que, apresentar documentação falsa, não assinar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou frustrar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes penalidades, segundo a extensão da falta cometida, em observância ao direito à prévia defesa:

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas	
Não assinar o Contrato, quando	1. Impedimento de licitar com a PMC pelo	
convocada dentro do prazo de	período de 2 (dois) anos.	
validade de sua proposta.	2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor	
	registrado no Contrato, a juízo da	





	Administração.			
	3. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso,			
Entregar os bens/materiais fora	aplicada sobre o valor dos bens não entregues,			
do prazo estabelecido	limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e			
	a critério da Administração, poderá ser			
	considerada inexecução total ou parcial do			
	objeto.			
Não promover a troca dos	4. Impedimento de licitar com a PMC pelo			
bens/materiais licitados que	período de 1 (um) ano.			
apresentarem defeitos ou vícios,	5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor			
quando notificado.	da Nota de Empenho, a juízo da Administração.			
	6. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso,			
Não promover a troca dos	aplicada sobre o valor da Nota de Empenho em			
bens/materiais licitados que	conformidade aos Anexos I e II, limitada a 20			
apresentarem defeitos ou vícios,	(vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da			
quando notificada dentro do	Administração, poderá ser considerada			
prazo estabelecido.	inexecução total ou parcial do objeto.			
	7. Impedimento de licitar com a PMC pelo			
Deixar de entregar documentação	período de 1 (ano) ano.			
exigida neste Edital.	8. Multa de 10% (dez por cento) do valor do			
	instrumento			
	contratual.			
	9. Impedimento de licitar com a PMC pelo			
Não mantiver a proposta ou	período de 1 (um) ano.			
desistir do lance.	10. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor			
	de sua proposta ou lance, a juízo da			
	Administração.			
	11. Impedimento de licitar com a PMC pelo			
Comportar-se de modo inidôneo.	período de 2 (dois) anos.			
	12. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor			
	estimado da contratação, a juízo da			





	Administração.		
	13. Impedimento de licitar com a PMC pelo		
Fizer declaração falsa.	período de 2 (dois) anos.		
	14 . Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor		
	estimado da contratação, a juízo da		
	Administração.		
	15. Impedimento de licitar com a Administração		
	Pública pelo período de 5 (cinco) anos.		
Apresentar documentação falsa	16 . Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor		
	estimado da contratação, a juízo da		
	Administração.		
	17. Comunicar ao Ministério Público Estadual.		
	18. Impedimento de licitar com a Administração		
	Pública pelo período de 5 (cinco) anos.		
Cometer fraude fiscal.	19. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor		
	estimado da contratação, a juízo da		
	Administração.		
	20. Comunicar ao Ministério Público Estadual.		
Deixar de executar qualquer	21. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de		
obrigação	atraso, aplicada sobre o valor do instrumento		
pactuada ou prevista em lei e no	contratual, limitada a 20 (vinte) dias. Após o		
edital do presente pregão	vigésimo dia e a critério da Administração,		
eletrônico, em que não se comine	poderá ser considerada inexecução total ou		
outra penalidade	parcial do objeto.		
	22. Impedimento de licitar com PMC pelo		
Inexecução total.	período de 2 (dois) anos.		
	23. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor		
	da Ata.		
	24. Impedimento de licitar com a PMC pelo		
Inexecução parcial do objeto	período de 1 (ano) ano.		
	25. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor		





correspondente a parte não executada.

- **11.2.** Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, o ÓRGÃO poderá proceder a rescisão unilateral do contrato, hipótese em que a CONTRATADA também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital.
- **11.3.** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo ÓRGÃO ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.
- **11.4.** A defesa a que alude o caput deste item deverá ser exercida pelo interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer à juntada de documentos e serem arroladas até 03 (três) testemunhas.
- **11.5.** Serão considerados injustificados, os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do ÓRGÃO que deverá examinar a legalidade da conduta da CONTRATADA.
- **11.6.** Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo ÓRGÃO, conforme procedimento esboçado no subitem anterior, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas no subitem **11.1.**
- **11.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores **SICAF**, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, seus anexos, e nas demais cominações legais.





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

12.1. - DA CONTRATANTE

- 12.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital e Anexos;
- 12.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93:
- 12.1.3. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da CONTRATADA, após a efetiva entrega dos itens e emissão dos Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo;
- 12.1.4. Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste Edital e Anexos a serem recebidos;
- 12.1.5. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Edital e Anexos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 12.1.6. Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos objetos que compõem o objeto deste Edital e Anexos.

12.2 - DA CONTRATADA

- 12.2.1. Prestar os serviços objeto da licitação
- 12.2.2. De acordo com os parâmetros estabelecidos no **Termo de Referência e Anexos**, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes deste instrumento:
- 12.2.3. Colocar à disposição da **SUPRI/FMS**, os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no **Anexo I**:
- 12.2.4. Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Edital e Anexos;





- 12.2.5. Declarar, detalhadamente, a garantia dos objetos cotados, contado a partir da data do recebimento definitivo:
- 12.2.6. Prazo para recolhimento dos objetos, que será no máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir da solicitação efetuada, que será realizada via telefone; Obrigando-se a reposição em perfeito estado de uso, num prazo máximo de 03 dias úteis após a retirada do mesmo.
- 12.2.7. Disponibilização e fornecimento de todos os meios necessários ao saneamento dos óbices ocorridos;
- 12.2.8. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;
- 12.2.9 Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pelo **CONTRATANTE**, sem prévia autorização;
- 12.2.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **SUPRI/FMS**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do contrato;
- 12.2.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.2.12. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **13.1** Este contrato poderá ser rescindido:
 - a) por ato unilateral da CONTRATANTE;
 - **b)** amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;
 - c) judicialmente.





Parágrafo Único: A rescisão deste contrato implicará na retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do serviço e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e serão exercidos por representantes designados pela SESMA, conforme a Lei n° 8.666/1993, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às observações de caráter técnico do fiscal, que se acha investido de plenos poderes para:

14.1.1. Conferir se serviço está de acordo com as especificações técnicas exigidas;

14.1.2. Informar ao Setor competente da SESMA as ocorrências que exijam decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

Parágrafo Primeiro: A CONTRATANTE indica, pela portaria N° 1395/20, o Sra Sara Santos Campos, matricula n° 7592441, fiscal titular e Moisés Canuto da Costa, matricula n° 791891, fiscal suplente como representantes da SECRETARIA DE SAÚDE, responsável pela orientação e fiscalização do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

15.1 - Caberá ao Setor responsável, ou servidor expressamente designado, a atestação das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto desta licitação, para efeito de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao atendimento do pagamento das obrigações decorrentes desta licitação estão previstos na dotação





orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, para o ano de 2020 na seguinte

disposição:

16.2 - Os recursos orçamentários ao adimplemento das obrigações dos caronas

deverão ser disponibilizados antes da assinatura do instrumento contratual

correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA

PRORROGAÇÃO

17.1 - O presente Instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir

da assinatura do Contrato com eficácia após a sua publicação no Diário Oficial do

Município, não podendo ser prorrogado, salvo se ocorrer qualquer um dos motivos

do art. 57 §1º, da lei 8.666/93, que implique a prorrogação dos prazos de execução

e, consequentemente, exija a prorrogação da vigência do contrato, observado o

caput do mesmo dispositivo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de

rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Todas as comunicações ou notificações relativas a este contrato serão

enviadas para os endereços das partes constantes no preâmbulo deste contrato;

19.2 - Todas as correspondências e acordos anteriores à data da assinatura deste

contrato serão considerados sem efeito, e somente o estipulado no contrato e seus

documentos têm validade para a execução do mesmo;

Restmanente de Licitação



- **19.3** A CONTRATADA declara, neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela execução incorreta do contrato;
- **19.4** A tolerância ou o não exercício, pela CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste contrato ou na Legislação em geral, não importará em renovação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo a CONTRATANTE exercitá-los a qualquer tempo;
- **19.5** A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **19.6** Aplica-se ao presente contrato, o estipulado na Lei Federal nº. 8.666/93, na Lei Federal nº.10.520/02, para sua execução e, especialmente, para os casos omissos:
- **19.7** A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar a execução do contrato, quando lhe convier.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – MEDIDAS ACAUTELADORAS

20.1 - Consoante o artigo 45 da Lei n° 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1 - A publicação do presente Instrumento em extrato, no Diário Oficial do Município, ficará a cargo do Contratante, no prazo e forma disposto na legislação pertinente.





CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Castanhal-PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato e de sua execução.

Castanhal/PA, 30 de outubro de 2020.

CARLA MOREIRA PEREIRA LIMA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONTRATANTE

RONALDO CARDOSO PINHEIRO EIRELI-EPP RONALDO CARDOSO PINHEIRO CONTRATADA





Pag.:

Pará

RELAÇÃO DE ITENS DO CONTRATO CONTRATO № 20201593

CONSOLIDADO

Governo Municipal de Castanhal

CONTRATADO : RONALDO CARDOSO PINHEIRO EIRELI

Processo de compra Pregão nº PE 076/2020FMS

Código Descrição	Quant. /Unidade	Preço unitário	Preço total
057650 CONTROLE DE SINAIS VITAIS \INFUSÃO\SAIDAS (RN)-CENTRO DE PARTO NORMAL	100,0000 BLOCO	11,000	1.100,00
Papel formato A4, 210x297mm, gramatura 75g, impressão em paisagem na cor preto em via branca.			
057653 CONTROLE DE VITALIDADE FETAL -CENTRO DE PARTO NORMAL	120,0000 BLOCO	11,500	1.380,00
Papel formato A4, 210x297mm, gramatura 75g, impressão em paisagem.frente e verso, na cor preto em via branca.			
107759 CARTEIRA DE SAÚDE - Medindo 13X9cm, papel cartão, gramatura 250g	500,0000 UNIDADE	3,000	1.500,00
107786 CONTAGEM DIÁRIA DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL - UPA	100,0000 BLOCO	11,500	1.150,00
107787 CONTROLE DE SAIDA DE MATERIAL - SAMU - Papel formato A4	100,0000 BLOCO	11,800	1.180,00
107788 CONTROLE DE SINAIS VITAIS GESTANTES/PUERPERA - PAPEL A4	100,0000 BLOCO	11,000	1.100,00
107792 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM - PUERPERA - Papel formato A4, 210x297mm.	100,0000 BLOCO	11,500	1.150,00
107793 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM - RECEM NASCIDO - Papel formato A4, 210x297mm,	100,0000 BLOCO	11,000	1.100,00
107857 PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DE MATERNIDADE MAE	1.000,0000 UNIDADE	0,600	600,00
107858 PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DE MATERNIDADE RN	1.000,0000 UNIDADE	0,600	600,00
	To	tal geral :	10.860,00

rpto